

cionou que até para se renunciar alguma coisa era preciso dignidade, salientou ao Doutor Astrogildo Gomes de Oliveira que caso não fosse possível administrar o Polo Regional de Sinop de o mesmo deveria renunciar. Disse que era necessário desencadear uma campanha para a municipalização de todos os órgãos. Salientou que enquanto não fosse resolvido o problema dos candidatos, não teriam capacidade para pensar em um novo Estado. Mencionou que era necessário despreendimento e às vezes aceitar perder uma batalha para lá na frente ganhar a guerra. Disse que era necessário exigir a política. Salientou que o Doutor Adenir Alves Barbosa não havia entendido que o homem público tinha dever maior perante a sociedade do que frente a sua empresa, e que se o mesmo não aceitasse ser candidato a Deputado Federal estaria cortando o cordão umbilical que o unia a Sinop. Ato Continuo agradeceu o Senhor Presidente a Protecão Divina, dando por encerrada a sessão, sendo a presente Ata lavrada e se for achada conforme irá assina da pelo Presidente e Primeiro Secretário.

Ata da trigésima sétima sessão Ordinária da Câmara Municipal de Sinop - Estado de Mato Grosso.

As vigésimo segundo dia do mês de novembro de hum mil novecentos e noventa e três, às vinte horas e quinze minutos, reuniram-se os Senhores Vereadores, estando ausente os Senhores José



Carlos Ramalho e Baiamo Filho, à sala das sessões da Câmara Municipal de Pinop para realização da trigésima sétima sessão ordinária do ano em curso. Invocando a Proteção Divina, deu início o senhor Presidente aos trabalhos, solicitando de imediato a leitura da Ata da sessão anterior, em discussão, nada havendo, em votação foi aprovada. Após solicitou o senhor Presidente ao vereador primeiro vice-Presidente, em virtude da impossibilidade de leitura do vereador primeiro secretário e ausência do vereador segundo secretário, para que procedesse com a leitura das correspondências recebidas e expedidas. A seguir o senhor Presidente apresentou aos senhores Vereadores um convite da Omparr para um dia de Campo e também convite da Superintendência Regional de Educação para a Primeira Mostra Regional Científica e Cultural de Pinop. Registrou e agradeceu a visita da vereadora Quêzia de Lima do município de Santa Carmem e também agradeceu os municípios presentes. Em seguida foi concedido espaço aos senhores Vereadores para breves comunicações inicialmente Altair Baraglieri solicitou para que fosse retirado de pauta o Projeto de Lei trinta e um, barra, noventa e três de sua autoria, justificou sua ausência na sessão anterior. Após solicitou o senhor Presidente ao vereador primeiro vice-Presidente para que procedesse com a leitura de expedientes que mereciam atenção especial. A seguir apresentou o senhor Presidente as matérias para ordem do dia. Foi retirado de pauta o requerimento oitenta e nove, barra, noventa e três autoria dos vereadores Sérgio Palmasda e José Carlos Ramalho e também a Indicação cento e setenta e três, barra, noventa

ta e três, autoria do vereador Baiano Filho. Em seguida foi apresentado o veto Total ao Projeto de Lei dezesseis, barra, noventa e dois, autoria do executivo. Em discussão Dalton Martini mencionou que as razões para vetar o Projeto eram infundadas e de má fé pois beneficiaria apenas a Colonizadora. Salientou que o Projeto fora aprovado por unanimidade no final da legislatura passada. Disse que somente com a aprovação dos lotamentos e do plano diretor o Projeto teria validade. Comentou que o Projeto havia sido vetado por razões políticas. Solicitou aos membros da Comissão de Justiça e Redação para que analisassem com frieza o veto. Jorge Abreu mencionou que o parecer do Judiciário deveria acompanhar o veto. Salientou que caberia a Câmara tomar conhecimento se as razões do veto eram verdadeiras e legais. Disse que sempre seria contrário ao veto. Informou o Senhor Presidente que o Acórdão do Juiz informava que o Projeto não caducara e estava dentro dos prazos regimentais. Jorge Abreu salientou que o Senhor Juiz deveria conhecer o Regimento Interno da Casa e a Lei Orgânica do Município. Exemplificou os motivos em que era possível tomar um imóvel rural em urbano. Registrou que as razões do veto eram mentirosas ou haviam sido feitas por pressões disprezadas. Em seguida fora encaminhado a Comissão de Justiça e Redação. Após lido o Projeto de Lei vinte e seis, barra, noventa e três, autoria do Executivo, o parecer quarenta, barra, noventa e três da Comissão de Justiça e Redação, a emenda aditiva trinta e nove, barra, noventa e três, autoria da Comissão de Justiça e Redação. Em discussão a emenda, nada havendo, em votação foi aprovada.

Em discussão o parecer, nada havendo, em votação foi aprovado. Em discussão o projeto, nada havendo em primeira votação fora aprovado. A seguir procedeu-se com a leitura da moção de apelo oito, barra noventa e três autoria do vereador Paschoal do Varejão que a justificou. Em discussão nada havendo, em votação foi aprovada. Em seguida foi apresentada a moção de apelo nove, barra noventa e três autoria de Vereadores. Em discussão Paschoal do Varejão comentou sobre a importância dos telefones funcionando nas delegacias. Solicitou as autoridades para que os telefones das delegacias não mais fossem bloqueados. Mencionou que deveriam buscar apoio para solucionar aquele problema. Dalton Martini mencionou por irresponsabilidade do Governo o não pagamento das contas dos telefones das delegacias e da Telemat também em bloqueios. Salientou por de grande valia a moção para que tal fato não volte a ocorrer. Em votação foi aprovada. Após apresentou-se o requerimento noventa, barra, noventa e três autoria do vereador Dalton Martini. Em seguida o Senhor Presidente solicitou para que fosse incluído no requerimento a seguinte interrogação. Quais as fumas que participaram. Após o requerimento fora justificado pelo vereador autor. Em votação foi aprovado. Cito Bentinho solicitou o Senhor Presidente aos Senhores Vereadores para que fosse aberto precedente, para apresentação e votação do Projeto Decreto Legislativo de autoria da mesa. Em votação a abertura de precedente foi aprovada. A seguir fora lido o Projeto Decreto Legislativo quatro, barra, noventa e três, autoria da

mesa. Em discussão Cláudio Pereira de Barros esclareceu que a Constituição Federal nada relatava sobre o fato, mas a Constituição Estadual trazia um dispositivo naquele sentido. Pediu a compreensão e colaboração dos Senhores Vereadores para aprovação do Projeto. Dalton Martini salientou que o Judiciário e o Ministério Público trabalhava através de denúncia. Disse que certamente houve denúncia e estava sendo solicitado a regulamentação. Disse que lamentava que se pudesse fazer regulamentação para alguns e para outros não. Absteve-se do votar, por ser discriminado o seu trabalho na Casa e por não ter recebido respostas de seus requerimentos. Jorge Azeu salientou que houve um erro do Executivo em não regulamentar e também do Legislativo em não cobrar, mas deveriam ombrear as responsabilidades, trabalharem immanados os poderes constituídos. Mencionou que votaria favorável ao Projeto. Salientou que quem "feria com ferro, com ferro seria ferido". Solicitou compreensão de ambas as partes para que o município pudesse prosperar. Após apresentar o Senhor Presidente um requerimento que solicitava dispensa de interstício regimental para aprovação em primeira e única votação, assinado por sete dos Senhores Vereadores. A seguir em primeira e única votação o Projeto Decreto Legislativo foi aprovado, absteve-se de votar o Senhor Dalton Martini. Ato contínuo foi concedido espaço aos Senhores Vereadores inscritos para usarem do Grande Expediente, inicialmente Jorge Azeu usou da palavra e comentou sobre uma reunião, realidade, digo, realizada com os Vereadores do município de



santa Carmem, onde havia se comprometido em solicitar do Executivo melhorias na estrada que ligava Sinop a Santa Carmem. Salientou que não havia acionado o Executivo, pois o mesmo informara, através dos meios de comunicação, que os preparativos para recuperação daquela estrada estavam em fase terminal. Fez uma cobrança ao Executivo, reforçando o requerimento dos moradores de Santa Carmem. Após o Senhor Presidente informar que o Executivo estava providenciando os preparativos para recuperação daquela estrada, Sebastião de Matos agradeceu o vereador Sérgio Palmasola por retirar do registro a pauta e o requerimento oitenta e nove, barra, noventa e três. Informou que estivera conversando com o Doutor Astrogildo Gomes de Oliveira, e o mesmo comentara sobre diversas dificuldades enfrentadas frente aquele órgão, também informara que a ambulância e a Caminhonete haviam sido levadas à Buiabá pela Secretaria Municipal de Saúde de Sinop para reformas e não haviam sido devolvidos ao Polo. Salientou que recebera em hum mil novecentos e noventa e um, a última remessa de remédios.

Mencionou que o Governo do Estado indicava uma pessoa para gerenciar um órgão, mas as secretarias responsáveis pelo mesmo deixavam de dar a devida assistência, como acontecia com o Polo Regional de Saúde. Solicitou para que fosse enviado ofício ao Senhor Prefeito para que o mesmo intervisse junto a cobrança da dívida ativa, com relação ao IPTU, pois os valores das despesas com advogados e oficiais de justiça somavam metade do valor total a ser pago. Poli-

citou a colaboração dos senhores eleitores para que junto com o Executivo e judiciário procurassem diminuir o valor cobrado. Aluizio Pereira de Barros parabenizou os senhores eleitores pela bela sessão que estava sendo realizada. Solicitou para que se formasse uma comissão com um vereador de cada partido para junto com o Executivo traçar metas para a reforma fiscal, principalmente com relação ao ISS e IPTU. Agradeceu a imprensa e a polícia militar pelo desempenho quando da realização do terceiro fidei. Agradeceu também aos munícipes presentes e a Protetora Divina. Altair Baraglieri comentou sobre uma liminar do tribunal de justiça do Estado, que suspendia o pagamento do IPTU. Salientou ser válida a sugestão do vereador Aluizio Pereira de Barros com relação a reforma fiscal. Fez a leitura de algumas emendas, inseridas no Orçamento da União e que deveriam beneficiar o município, mas não precisava tais verbas. Solicitou para que fosse enviado ofício a deputada Serys Shessarenko para que quando do envio de documentos de tamanha envergadura, mandasse também subsídios para devida análise. Apontando Sérgio Palmasda comentou que os integrantes do PT também seriam investigados pela C.P.I. Altair Baraglieri requereu para que fosse enviado ofício aos senhores Osvaldo Sobrinho, Jaime Campos e Antonio Kato agradecendo-os pela ajuda com relação a realização do Campeonato Latino Americano de Supercross; e também ofício a Rádio Celeste no sentido de que a mesma não atrapalhasse o bom andamento do Moto Clube de Sinop. Dalton Martini salientou que faria um esboço de um



prefeito para procurar resolver a questão do IPTU, pois era um compromisso assumido com a população. Disse que lamentava que o Tribunal de Justiça baixara uma liminar suspendendo o pagamento do IPTU. Mencionou que o município não teria condições de devolver o valor corrigido ao município. Aparteando Aluizio Pereira de Barros esclareceu que a comissão que solicitara era para acompanhar a elaboração do projeto junto ao Executivo. Dalton Martini fez críticas ao senhor José Aparecido Paschoal, pelo envio de um ofício sem conhecimento e fundamento e que colocou pessoas de responsabilidade a dizer coisas que às vezes não devia. Disse que o sub-secretário de saúde informara que fora procurado por diversos municípios para que se implantasse pelos mesmos, mas somente seriam implantados quando os já existentes fossem reestruturados. Aparteando Aluizio Pereira de Barros mencionou que as colocações haviam sido feitas com base em documentos e também baseado em uma reunião realizada em Bolider onde fora manifestada a intenção da abertura de dois polos Regionais de saúde em cidades do Norte. Dalton Martini salientou que o ofício fora mal formulado. Disse que a Prefeitura deveria fazer mutirão juntamente com a Prefeitura de Santa Carmem e o Dermat para que a estrada fosse melhorada até Feliz Natal.

Bitau de Reclamações dos Comerciantes Sinopenses no sentido de que a Prefeitura estaria deixando de comprar no município, buscando produtos fora do município. Salientou que a diferença de preço às vezes não atingia dez por cento, sendo assim não via a necessidade em se comprar fora do

município, disse que deveria se incentivar os co-
merciantes e empresários sinopenses. Sérgio Palma
sola solicitou a vereadora Ivesia de Lima do
município de Santa Carmem para que fizesse
um requerimento ao Prefeito de seu município
no sentido de que fossem colocados fiscais nas vias
de acesso àquele município pois trinta por
cento da matéria prima saía sem documen-
to. Solicitou ao Doutor Astrogildo Gomes de Oliveira,
para que quando assumisse outro órgão público
desse satisfação a sociedade. Pediu ao Senhor Prefei-
to para que se sensibilizasse com o pedido de
municípios vizinhos, com relação as melhorias nas
Estradas. Após o Senhor Presidente mencionou da
insensatez de algumas pessoas que não contribuem
com o município, apenas prestam serviço a
comunidade e procuram denegrir a imagem
do Senhor Prefeito frente a alguns órgãos de im-
prensa. Disse que o município não poderia ter
recebido alguma verba sem que o Legislativo
soubesse. Salientou que deveria ser feito uma
tomada de preço no município e caso não fosse
encontrado o produto desejado pela Prefeitura
se compraria fora do município. Ato Contínuo
agradeceu a Protetora Divina o Senhor Presidente e
encerrou a sessão, sendo a presente Ata lavra-
da e se achada conforme irá assinada pe-
lo Presidente e Primeiro Secretário. Em tempo,
quando o Vereador Dalton Martini se pronun-
cionou no Grande Expediente referiu-se a
melhoria da estrada Pati Santa Felicidade

Tempo Fui